

A influência do pensamento de Caio Prado Jr. na obra de Ruy Mauro Marini

Fabio de Oliveira Maldonado
Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Integração Latino Americana da Universidade de São Paulo –
PROLAM (USP), sob a orientação do Prof. Dr. Sedi Hirano
fabio_maldonado@hotmail.com

RESUMO

A contribuição de Caio Prado Júnior para a reflexão da esquerda brasileira foi determinante para que esta superasse antigas formulações teóricas que tiveram impactos políticos. Nesta linha, o objeto deste artigo versa sobre alguns aportes que foram absorvidos por uma nova geração revolucionária brasileira e latino-americana, desembocando, inclusive, na Teoria da Dependência, cujo principal expoente foi Ruy Mauro Marini. O objetivo principal é fazer um paralelo entre o pensamento de Prado Jr. e de Marini e demonstrar as continuidades entre estes dois teóricos.

PALAVRAS-CHAVE: Caio Prado Júnior; Ruy Mauro Marini; Teoria Marxista da Dependência; América Latina; Brasil.

ABSTRACT

Caio Prado Júnior's contribution to the reflection of Brazilian left was crucial to overcome old theoretical formulations which had a political impact. In this line, the object of this article is about some contributions that were absorbed by a new Brazilian and Latin American revolutionary generation, discharging, including, on Dependency Theory, whose main author was Ruy Mauro Marini. The main goal is to make a parallel between the thought of Prado Jr. and Marini and demonstrate the continuity between these two theorists.

KEYWORDS: Caio Prado Júnior; Ruy Mauro Marini; Dependency Theory; Latin America; Brazil.

Introdução

Este artigo, fruto da leitura e reflexão da obra *A Revolução brasileira* (1966) e a *Evolução Política do Brasil* (1932), ambas de Caio Prado Júnior, busca fazer uma aproximação com a Teoria Marxista da Dependência, em especial com o que foi dito na *Dialética da Dependência* (1973), de Ruy Mauro Marini. De modo mais específico, o objetivo é demonstrar a influência do pensamento do primeiro autor no desenvolvimento desta vertente teórica. Para isto, o texto trata de observar o resultado do “sentido da colonização” do Brasil, que desembocou numa inserção subordinada do país ao centro do sistema capitalista. Isto é, como o processo colonial brasileiro (e latino-americano) engendra uma economia complementar, subordinada e dependente (como um elo débil da corrente) justamente quando ocorre a

independência política formal – que se dá no período de configuração da divisão internacional do trabalho capitaneado pela Inglaterra.

Duas questões fundamentais irão contribuir decisivamente para o surgimento de uma reflexão teórica renovada na América Latina e no Brasil, quais sejam a discussão do modo de produção no período colonial e o caráter da revolução que daí se extrai. Evidencia-se com estes dois pontos, como a intenção deste debate, que se inicia ainda na primeira metade do século XX, estava voltada fundamentalmente para formular resoluções teóricas que desembocavam em ações políticas.

Foi a partir deste contexto, que surgiram novos autores que se tornaram decisivos para iluminar a reflexão de outras formas de se apreender a estrutura capitalista local e, como consequência, apresentar alternativas nas ações políticas. Este foi o caso de André Gunder Frank, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra, que, diretamente influenciados por Caio Prado Jr. (entre outros), descartam as teses da existência de um modo de produção feudal na América Latina e desvendam as raízes e os resultados de uma inserção subordinada das economias locais ao centro dominante do capitalismo. Em outras palavras, estes teóricos apontam as raízes do que viriam a classificar e teorizar como capitalismo dependente.

O entendimento de que o modo de produção brasileiro e latino-americano era feudal, apontava para a necessidade de sua superação mediante uma revolução democrático-burguesa, isto é, cumpriria a etapa clássica: feudalismo-capitalismo para que depois se chegasse ao socialismo. Neste sentido, rejeitadas tais teses, o entendimento do caráter revolucionário deveria *per forza* ser alterado.

Os Partidos Comunistas latino-americanos e a revolução democrático-burguesa

Em primeiro lugar, antes de tentar fazer a aproximação sugerida entre Caio Prado Jr. e Ruy Mauro Marini, é importante entender o contexto do debate em que se inserem os autores, no qual o primeiro determina um novo paradigma de compreensão das estruturas econômicas locais, bem como delineia novas formulações políticas e o segundo, aparecendo posteriormente, formula conceitos e categorias que influenciam decisivamente o pensamento brasileiro e latino-americano nas décadas de 1960 e 1970.

Cabe, de início, ressaltar a hegemonia dos Partidos Comunistas latino-americanos no pensamento de esquerda local, ao qual influenciaram decisivamente a cultura, a política e as formulações teóricas nestes

países. Contudo, estes partidos estavam fortemente determinados por reflexões não elaboradas para as realidades locais, isto é, aplicavam teorias que não se encaixavam na complexidade das sociedades em que estavam inseridos; fenômeno que, posteriormente foi definido como eurocentrismo¹.

Para os fins deste trabalho, não será feita uma apresentação completa sobre as origens e expansão do comunismo no Brasil e na região. No entanto, cabe assinalar brevemente que, o “marxismo foi inicialmente introduzido e disseminado na América Latina por imigrantes alemães, italianos e espanhóis por volta do final do século XIX” (Löwy 2012, 14). Contudo, foi somente a partir do surgimento das correntes comunistas que surgem as primeiras tentativas significativas de análise da realidade local em suas contradições. Em outras palavras, é a partir da formação e consolidação dos Partidos Comunistas (PCs) latino-americanos, que o pensamento marxista ganha profundidade teórica e analítica.

Levando isto em conta, este estudo segue duas pistas que considera essenciais no pensamento de Caio Prado Jr. e na reflexão da Teoria Marxista da Dependência: a natureza da revolução, que Michael Löwy identifica como uma problemática central para entender a práxis dos partidos comunistas; e o modo de produção, que José Roberto do Amaral Lapa² propõe como um fio condutor preponderante para que se possa fazer uma reconstituição do tipo de estrutura econômica local.

Para Löwy, os dois pontos levantados - a natureza da revolução e o modo de produção - estão relacionados diretamente com algumas questões teóricas e de metodologia que permeiam a aplicabilidade do pensamento marxista na realidade brasileira e latino-americana. Segundo suas observações, o marxismo da região “foi ameaçado por duas tentações opostas: o excepcionalismo indo-americano e o eurocentrismo” (Löwy 2012, 10). Para este trabalho, interessa demonstrar como o eurocentrismo se refere primordialmente a uma teoria “que se limita a transplantar mecanicamente para a América Latina os modelos de desenvolvimento socioeconômico que explicam a evolução histórica da Europa ao longo do século XIX” (Löwy 2012, 10). E é exatamente esta transposição mecânica que aponta para a problematização do modo de produção, indicado por Amaral Lapa.

Importados os conceitos de alhures, os teóricos comunistas identificavam um modo de produção de estrutura agrária feudal, ou semifeudal, na qual se contrapunha uma parcela da burguesia local, que teria

¹ Michael Löwy descreve este processo de importação de teorias que foram feitas para explicar outras realidades em seu clássico *O marxismo na América Latina* (1999). Levando em conta que este livro é uma das principais obras sobre o marxismo latino-americano, em que a aproximação histórica das etapas do marxismo regional, bem como a capilaridade de autores abordados em suas páginas são bem definidos, este trabalho considerará esta obra como um importante indicador.

² Amaral Lapa organiza o livro *Modos de produção e realidade brasileira* (1980).

traços progressistas. Nesta linha, o caráter da revolução deveria apontar para uma luta contra o imperialismo, representado localmente pelos latifundiários que mantinham este modelo produtivo que bloqueava o desenvolvimento regional. Por outro lado, a burguesia nacional, seria uma aliada dos comunistas nesta empreitada, já que seu desenvolvimento era diretamente prejudicado pelo imperialismo e seus aliados locais, os “senhores feudais”.

A verdade é que os PCs da região estavam sob forte influência das formulações da III Internacional Comunista, hegemonizada pelo Partido Comunista da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (PCURSS):

Dito isto, registremos dentro de um certo consenso – do qual participamos em boa e numerosa companhia – de que a influência das “propostas” programáticas da III Internacional Comunista (março de 1919) foram incorporadas pelo VI Congresso Mundial em 1º de setembro de 1928, em Moscou, e postas em prática como um modelo único para a América Latina pelo Bureau Sul-americano da Internacional Comunista que irradiava de Montevidéu para o continente o seu programa teórico e de ação. (Lapa 1980, 11)

Influenciados por estas formulações teóricas, os Partidos Comunistas da região entendiam haver a necessidade de realizar uma revolução democrático-burguesa, que seria responsável por um processo de industrialização que geraria novas forças produtivas e, para tal, seria imperativo compor aliança com a burguesia nacional que, como foi dito, teria um caráter progressista. Desta forma, a “definição do caráter das economias coloniais como feudais serviam de base às propostas políticas que apontavam para a necessidade de uma revolução burguesa na região” (Santos 2015, 31).

Como exemplo deste cenário, o Partido Comunista Chileno, concluía, em 1938, por intermédio do seu secretário geral Carlos Contrera Labarca, que a sociedade em seu país, na primeira metade do século XX, era semicolonial e deveria reunir esforços para combater de forma prioritária os grandes latifundiários feudais. A tática de formar uma Frente Ampla, visava combater o imperialismo e forçava o partido a identificar setores da burguesia que pudessem atuar em favor da derrubada dos resquícios arcaicos e em favor da libertação nacional. Dizia Labarca:

O caráter semicolonial do país, cuja economia está arrasada e deformada pelo imperialismo, obriga a indústria nacional a funcionar em condições muito precárias e difíceis. Existem certos setores da burguesia chilena que podem e devem ser ganhos para a luta de libertação nacional. Mediante uma política progressista e democrática. (Labarca [1938], “The people of Chile United to Save Democracy” *The Communist*, apud Löwy 2012, 144)

O Partido Comunista do Brasil (PCB), ainda nos anos 30, ao elaborar o *Programa do Governo Popular Nacional Revolucionário*³, demonstra sua concepção sobre a questão do modo de produção e da natureza da revolução, descrito acima:

Democracia, sim, mas para o povo, para os brasileiros e para todos os que trabalham honestamente sem explorar o Brasil, mas a mais dura, mais enérgica e mais terrível ditadura contra o feudalismo estrangeiro e contra os seus agentes no Brasil, aos brasileiros que vendem sua pátria ao imperialismo. Dar liberdade aos agentes do imperialismo seria negar o conteúdo nacional revolucionário de tal governo e suicídio da própria revolução libertadora. (Programa do Governo Popular Nacional Revolucionário apud Löwy 2012, 132)

Outros exemplos foram o Partido Guatemalteco do Trabalho (comunista), que não só estendeu ao seu território as teses semifeudais e semicoloniais, como participou efetivamente no governo nacional-desenvolvimentista de Jacobo Arbenz (1951-1954). Da mesma forma, em 1945, o Partido Comunista do México celebrou um pacto operário-patronal (Löwy 2012).

Portanto, segundo esta ótica, os “latifundiários feudais” sob as ordens do imperialismo, bloqueariam o avanço das forças produtivas e do desenvolvimento nacional, impedindo assim o avanço da burguesia local em específico e da sociedade em geral. Por isto, o socialismo deveria passar inexoravelmente por uma revolução democrático-burguesa, no qual os comunistas, os trabalhadores e os burgueses locais se uniriam para eliminar os restos do feudalismo, expulsando as forças imperialistas, chegando enfim em uma sociedade democrática, no qual os nós do progresso seriam desatados e o caminho para o socialismo pavimentado.

Deste modo, segundo Caio Prado Jr., os partidos comunistas da região admitiam “a priori, de que os fatos históricos ocorridos na Europa constituíam um modelo universal que necessariamente haveria de se reproduzir em quaisquer outros lugares e, portanto, no Brasil também” (Prado Jr. 2014, 34).

Caio Prado sintetiza o mecanicismo que a esquerda brasileira (e também latino-americana) submetia o estudo das realidades concretas, deixando de levar em conta sua própria experiência para se apoiar em experiências históricas de outros lugares:

³Segundo Michael Löwy: “Este texto pertence ao período de preparação da insurreição militar estimulada pelo PCB em 1935, que constitui uma etapa de transição entre a tática do “Terceiro Período” e a era das Frentes Populares. O Programa do Governo Popular Revolucionário é um documento da Aliança Nacional Libertadora, frente político-militar do PCB e da ala esquerda do “tenentismo”, que liderará a sublevação de novembro de 1935. A orientação do programa é relativamente moderada e não condena o regime capitalista no Brasil” (2012, 130).

Outros textos do período, como o *Parque Industrial*, de Patrícia Galvão (Pagu) - companheira do poeta Oswald de Andrade, e um dos primeiros “romances proletários” -, apresentados por Löwy (2012, 128-129), apontam a influência que a concepção do caráter semifeudal e semicolonial detinha no PCB e na esquerda da época.

A teoria marxista da revolução brasileira, na qual, direta ou indiretamente, se inspiraria todo pensamento político renovador brasileiro, se formulou em seus traços gerais e essenciais na década de 1920, em conjunto com a dos demais países coloniais ou semicoloniais e dependentes. [...]. Presumiu-se então [...] que, não se encontrando naqueles países coloniais, semicoloniais ou dependentes (era entre estes últimos que se colocavam os países latino-americanos, incluindo o Brasil) um desenvolvimento apreciável, eles se encontrariam, de acordo com o esquema geral adotado, em transição do feudalismo para o capitalismo. A sua etapa revolucionária seria, portanto, sempre dentro do mesmo esquema consagrado, o da revolução “democrático-burguesa” [...]. (Prado Jr. 2014, 37).

A influência de Caio Prado Jr. para a Teoria Marxista da Dependência e para a obra de Ruy Mauro Marini

Descontentes com a política de conciliação com a burguesia, críticos às teses feudais e sob forte influência das denúncias dos crimes de Stalin, no XX Congresso do PCURSS, diversos militantes e intelectuais iniciavam um rompimento com os partidos comunistas locais. A isso juntou-se duas contestações históricas no fim da década de 50 e primeira metade da década de 60, a saber a Revolução Cubana, que descortinava as deficiências teóricas do etapismo proposto, já que houve uma revolução socialista que pulava a etapa da revolução democrático-burguesa; e o golpe militar no Brasil, em 1964, que desmentia o caráter progressista da burguesia brasileira.

No Brasil, uma das críticas mais contundentes à lógica do PCB, adveio de dentro do partido, por um dos intelectuais mais expressivos do país. Caio Prado Jr., isolado em seu partido, contestava de modo pioneiro a concepção dominante sobre o modo de produção brasileiro. Em seu livro *Evolução Política do Brasil*, de 1932, antes, portanto da Revolução Cubana e do golpe militar, o autor já alertava que:

[...] no Brasil colônia, a simples propriedade da terra, independente dos meios de a explorar, do capital que a fecunda, nada significa. Nisso se distingue a nossa formação daquela da Europa medieval saída da invasão dos bárbaros. Lá encontraram os conquistadores descidos do norte uma população relativamente densa e estável que já se dedicava à agricultura como único meio de subsistência. O predomínio econômico e político dos senhores feudais resultou assim *direta e unicamente* da apropriação do solo, o que automaticamente gerava em relação a eles os laços de dependência dos primitivos ocupantes. Aqui não. A organização político-econômica brasileira não resultou da superposição de uma classe sobre uma estrutura social já constituída, superposição esta resultante da apropriação e monopolização do solo. Faltou-nos este caráter econômico fundamental do feudalismo europeu.⁴ (Prado Jr. 2012, 18-19).

⁴ “Esta observação destina-se principalmente aos que, fundados em certas analogias superficiais, se apressam em traçar paralelos que não têm assento algum na realidade. Podemos falar num feudalismo brasileiro apenas como figura de retórica, mas absolutamente para exprimir um paralelismo, que não existe, entre nossa economia e a da Europa Medieval” (Prado Jr. 2012, 19).

Com efeito, não seria por mero capricho acadêmico que o autor estava preocupado em “mostrar o desacerto que consiste em interpretar a nossa economia agrária e as relações de produção e trabalho nela presentes como derivações, ou remanescentes e obsoletas e anacrônicas formas e estruturas feudais” (Prado Jr. 2014, 49). A sua preocupação principal era a linha política de seu partido e dos partidos comunistas em geral. Neste sentido, Caio Prado aumentava o tom da crítica em 1966, em seu livro *A revolução brasileira*:

Ora, essa velha e obsoleta tese do Programa da Internacional Comunista de 1928, com sua injustificada e totalmente arbitrária generalização de condições e situações possivelmente presentes nos países asiáticos, mas que na América Latina, e particularmente no Brasil, não tem cabimento, nem teve jamais, essa tese serviria pelos tempos afora, e até hoje ainda, de modo intocável dos dirigentes comunistas brasileiros, na caracterização da ação do imperialismo em nosso país e na determinação da nossa teoria revolucionária. (Prado Jr. 2014, 67).

Está claro, neste trecho, que o autor se preocupava com o caráter da revolução brasileira, e isto passava por enterrar as teses feudais e a proposta da revolução democrático-burguesa.

Nesta mesma linha, é importante ressaltar de forma apenas ilustrativa que outros autores contribuíram para o rechaço das teses do feudalismo. Sergio Bagú⁵, intelectual marxista argentino, acompanhando Prado Jr., foi um dos primeiros a refutar de forma sistemática a concepção de que havia um modo de produção feudal na América Latina. Em 1949, através do livro *Economía de la sociedad colonial*⁶, o autor resalta a vigência do modo de produção capitalista na colonização ibérica do continente. Neste sentido, apontava para o fato de que, com o surgimento das colônias luso-hispânicas americanas, não se replicou o ciclo do feudalismo, ao contrário, tais economias são engendradas por um novo ciclo capitalista que se inaugurava no mundo: o capitalismo mercantil (Löwy 2012, 253-256).

Contemporâneo de Caio Prado, o historiador trotskista de Trinidad e Tobago, C.L.R. James escreveu, em 1938, o seu livro clássico *Os jacobinos negros*, descrevendo de forma minuciosa o processo e o desenrolar da Revolução Haitiana e, especialmente o papel exercido por Toussaint L'Ouverture. Cabe ressaltar como o autor utiliza os termos burguesias inglesa e francesas e proprietários locais, mas não encontra na São Domingos de então, nenhum traço feudal (James 2015).

⁵ “O historiador e economista argentino Sérgio Bagú (também autor de trabalhos sobre o materialismo histórico) é um dos representantes mais significativos das ciências sociais marxistas da América Latina. Suas obras de história econômica mostram que, mesmo durante o período de hegemonia do mais tosco dogmatismo, foram elaborados trabalhos marxistas sérios” (Löwy 2012, 253).

⁶ “*Economía de la sociedad colonial* (1949) é um livro pioneiro, certamente um dos primeiros que refuta, de forma sistemática, ampla e explícita, o esquema tradicional do “feudalismo latino-americano”, ressaltando a dimensão capitalista da colonização ibérica do continente” (Löwy 2012, 253.)

O teórico chileno Marcelo Segall e o argentino Milíciades Peña, teórico de tendência trotskista que aplicava a teoria do desenvolvimento desigual e combinado para analisar a América Latina, são outros autores de envergadura a confrontarem as teses feudais e abrirem caminho para outras sortes de abordagem (Löwy 2012).

Formava-se aí uma nova concepção no continente, segundo a qual, a situação das relações servis e escravistas era fruto de (e servia a) um projeto de expansão da atividade colonial, comandada pelo capitalismo mercantil. Theotônio dos Santos, ao fazer um balanço sobre o período, diz que a “América Latina surge como economia mercantil, voltada para o comércio mundial e não pode ser, de nenhuma forma, identificada com modo de produção feudal” (Santos 2015, 32). Neste sentido, o estudo realizado por Caio Prado Jr. identificou objetivamente a raiz da inserção subordinada do Brasil no comércio mundial.

É sem dúvida a função exclusiva a que originariamente se destinou a economia brasileira que condicionou a sua estrutura e seu desenvolvimento, e que ainda se mantém sob muitos aspectos, a saber, o fornecimento de mercados externos, é isso que forma as raízes e constitui a base da penetração e dominação imperialista em nosso país. Por sua natureza, esse tipo de economia inclui o Brasil, desde logo, no sistema internacional do capitalismo de que o imperialismo constitui a etapa atual. A expansão internacional do capitalismo europeu, e em seguida norte-americano, encontrou assim preparado o caminho e aberta as portas para a sua penetração no Brasil. (Prado Jr. 2014, 87).

Antes de terminar a reflexão sobre a contribuição de Caio Prado Júnior para o pensamento de Ruy Mauro Marini em particular e para a Teoria Marxista da Dependência em geral, cabe verificar mais de perto: 1) as consequências desta inserção subordinada que se realiza não apenas com a economia brasileira, mas com as economias latino-americanas; 2) e o equívoco das concepções dos Partidos Comunistas latino-americanos de que havia uma burguesia progressista e anti-imperialista. Em relação ao primeiro ponto,

A situação de dependência e subordinação orgânica e funcional da economia brasileira com relação ao conjunto internacional de que participa é um fato que se prende às raízes da formação do país, como já temos repetidas vezes assinalado e é tão óbvio. Economia de exportação, constituída para o fim exclusivo de fornecer gêneros alimentares e matérias-primas tropicais aos países e às populações das regiões temperadas da Europa, e mais tarde também da América, ela se organizará e funcionará em ligação íntima e estreita dependência do comércio internacional em função do qual se formou e se desenvolveu. Essa é a circunstância principal que tornará o Brasil tão vulnerável à penetração do capital financeiro internacional quando o capitalismo chega a essa fase de seu desenvolvimento. O país se fará imediata e como que automaticamente, sem resistência alguma, em fácil campo para suas operações. (Prado Jr. 2014, 116).

Neste sentido, se é verdade que a dependência é resultado do processo da formação do Brasil – e aqui pode-se estender esta formulação para os demais países da região -, não é menos certo que as burguesias locais se constituem neste contexto⁷. Portanto, em relação ao segundo ponto, o autor diz que:

Burguesia brasileira e representantes do imperialismo poderão assim se entender perfeitamente. Tanto mais que a ação do imperialismo, excluídas as contradições que introduz na evolução brasileira, mas que de início se disfarçam suficientemente e somente se irão fazendo sentir com o correr do tempo, representou um grande impulso para a vida econômica brasileira. [...]. Esse estímulo e impulso econômico proporcionados pelo imperialismo reverteriam especialmente em benefício da burguesia em seu conjunto, pois lhe oferecem oportunidades e facilidades novas para suas atividades e seus negócios em proporções para ela completamente insuspeitadas no passado. Não vêm fazer concorrência a interesses estabelecidos, mas antes pelo contrário lhes abre amplas perspectivas, pois num país como o Brasil, de economia incipiente e que nem ao menos ocupara como ainda não ocupa razoavelmente seu território, e que mal encetara a exploração de seus recursos naturais, tudo estava por realizar. E as iniciativas e o capital estrangeiros proporcionarão as premissas necessárias para essas realizações. [...]. Implantando no país empreendimentos de vulto e de natureza altamente estimulante e germinativa, como são as indústrias complexas e de elevado nível tecnológico, a começar pela automobilística; ligando-se direta ou indiretamente, ou associando-se aos industriais e homens de negócios brasileiros, e trazendo-lhes com isso o exemplo e modelo de seus procedimentos, além de recursos financeiros para seus empreendimentos, podemos dizer que o imperialismo inicia a ainda acanhada e tímida burguesia brasileira de vinte anos passados na grande vida de negócios do mundo contemporâneo. (PRADO JR.; 2014, p.116, 117, 118).

Fica evidente aqui que, a hipótese da revolução democrático-burguesa - que contava, por assim dizer, com uma aliança com as burguesias locais -, foi rejeitada pela história, fazendo com que os comunistas descobrissem o equívoco desta formulação da pior forma- com os golpes civil-militares da região - o que alguns autores já criticavam teoricamente. Para concluir esta questão, Caio Prado sentenciará que:

A “burguesia nacional”, tal como é ordinariamente conceituada, isto é, como força essencialmente anti-imperialista e por isso progressista, não tem realidade no Brasil, e não passa de mais um desses mitos criados para justificar teorias preconcebidas; quando não pior, ou seja, para trazer, com fins políticos imediatistas, a um correlato e igualmente mítico “capitalismo progressista”, o apoio das forças políticas populares e de esquerda. O anti-imperialismo tem no Brasil outro conteúdo e outras bases que interesses específicos da burguesia ou de qualquer de seus setores. (Prado Jr. 2014, 120).

É interessante notar como o autor, ao negar a concepção anti-imperialista de então, está preocupado justamente em que a esquerda passe de um conteúdo reformista/etapista para se tornar revolucionário.

Os dois eixos tratados até aqui, apesar de analisados separadamente estão diretamente entrelaçados. Para o objetivo proposto, o que interessa mais diretamente nas passagens anteriores é a reflexão de Caio

⁷ Esta perspectiva coloca a América Latina como parte de um mesmo processo histórico da humanidade, o sistema capitalista, ao contrário das perspectivas etapistas, que concebiam a região de uma forma temporalmente distinta em relação ao centro dinâmico do capitalismo, o que exigia todo um esforço de modernização.

Prado Jr. sobre a inserção da economia brasileira no capitalismo mundial, caracterizada como subordinada e dependente. Esta leitura remete inteiramente à obra de Ruy Mauro Marini e as formulações da Teoria Marxista da Dependência.

Antes de passar diretamente aos paralelos com Ruy Mauro Marini, este trabalho deve fazer menção da influência que Caio Prado Jr. também exerce em Gunder Frank. Neste sentido, conquanto aos conteúdos estudados anteriormente, Theotônio dos Santos observa que, « André Gunder Frank recolheu esta problemática para dar-lhe uma dimensão regional e internacional » (Santos 2015, 31), o que levaria o intelectual alemão a ser considerado como um dos autores cuja obra causaria maior impacto político na esquerda revolucionária da época. O autor é apontado ainda como o responsável por abrir o caminho e influenciar diretamente o surgimento da Teoria Marxista da Dependência⁸.

Gunder Frank, incorporou as críticas pradianas sobre a tese feudal, bem como sobre o caráter nacionalista e progressista das burguesias locais. O autor, desenvolvendo o conceito de metrópole-satélite também ajudou a evoluir na concepção da totalidade, no sentido de que ambos fazem parte do processo de reprodução do sistema capitalista. Segundo as palavras do próprio autor:

Minha tese é que as contradições do capitalismo e o desenvolvimento histórico do sistema capitalista geraram o subdesenvolvimento nos satélites periféricos expropriados, ao mesmo tempo em que engendraram desenvolvimento nos centros metropolitanos que se apropriaram do excedente econômico daqueles. (Frank 1978, 15).

Foi no bojo deste debate que se inseriu Ruy Mauro Marini, autor que mais longe levou as potencialidades explicativas e de apreensão da realidade local da Teoria Marxista da Dependência. Para os fins do trabalho, será feito um exame apenas dos pontos em que se identifica mais claramente a influência do pensamento de Caio Prado Jr., o que deixará de lado outras reflexões fundamentais do pensamento marinista. Sob esta perspectiva, é interessante notar como o autor, logo nas primeiras páginas de *Dialética da Dependência* (1973), direciona uma crítica implícita à tese da revolução democrático-burguesa que remetia às formulações do feudalismo e da existência de uma burguesia progressista. Sua crítica, tinha

⁸ Gunder Frank cristaliza sua posição com uma obra de fôlego chamada *Capitalismo e subdesenvolvimento na América Latina* (1978 [1969]), na qual dizia que a região vivia num sistema mundial integrado de natureza evidentemente capitalista, com o qual a revolução democrático-burguesa (anti-feudal) não passaria de uma ilusão de um setor da esquerda e que a única alternativa realista ao “desenvolvimento do subdesenvolvimento” era a revolução socialista (Löwy 2012, 392-397).

como remetente, portanto, os intelectuais dos partidos comunistas da região que ainda adotavam tais perspectivas⁹.

Em suas análises da dependência latino-americana, os investigadores marxistas incorreram, em geral, em dois tipos de desvios: a substituição do fato concreto pelo conceito abstrato, ou da adulteração do conceito em nome de uma realidade rebelde a aceitar sua formulação pura. No primeiro caso, o resultado foi os estudos marxistas chamados ortodoxos, nos quais a dinâmica dos processos estudados se converte em uma formalização que é incapaz de reconstituí-la a nível da exposição, e nos que a relação entre o concreto e o abstrato se rompe, para dar lugar a descrições empíricas que correm paralelamente ao discurso teórico, sem fundir-se com ele; isto aconteceu, sobretudo, no campo da história econômica. (Marini 1982, 13)

Portanto, não sem razão, Theotônio dos Santos observa que:

A teoria da dependência tentou ser uma síntese deste movimento intelectual e histórico. A crítica de Bagú, Vitale e Caio Prado Júnior ao conceito de feudalismo aplicado à América Latina, foi um dos pontos iniciais das batalhas conceituais que indicavam as profundas implicações teóricas do debate que se avizinhava. (Santos 2015, 31).

No entanto, se é verdade que Ruy Mauro Marini, seguindo a lógica de Caio Prado Jr., critica a utilização mecânica de conceitos abstratos para a realidade local, também é correto dizer que o autor não se limita a questionar apenas a influência da III Internacional Comunista na elaboração teórica. Para ele, existem certas dificuldades teóricas e metodológicas.

Estes desvios nascem de uma dificuldade real: frente ao parâmetro do modo de produção capitalista puro, a economia latino-americana apresenta peculiaridades, que se dão às vezes como insuficiências e outras – não sempre distinguíveis facilmente das primeiras – como deformações. Não é por tanto accidental a recorrência nos estudos sobre América Latina da noção de “pré-capitalismo”. O que haveria que dizer é que, ainda quando se trate realmente de um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas, essa noção se refere a aspectos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá nunca desenvolver-se da mesma forma como se desenvolveram as economias capitalistas chamadas avançadas. É porque, mais que um pré-capitalismo, o que se tem é um capitalismo *sui generis*, que só cobra sentido se o contemplamos em uma perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto a nível nacional como, e principalmente, a nível internacional. (Marini 1982, 14)

Para esta dificuldade, Ruy Mauro propunha um itinerário de pesquisa que supunha que, “é o conhecimento da forma particular que acabou por adotar o capitalismo dependente latino-americano que ilumina o estudo de sua gestação e permite conhecer analiticamente as tendências que desembocaram neste resultado” (Marini 1982, 15). Como se pôde ver, não obstante o autor estar inserido na discussão da esquerda da época, ele ia além das críticas aos Partidos Comunistas da região, observando uma dificuldade metodológica real para aplicar o marxismo como instrumental de análise da história da América Latina.

⁹ É importante ressaltar que Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e Vânia Bambirra foram fundadores da Política Operária (POLOP), organização revolucionária extraparlamentar que fazia oposição à linha política do PCB. Para mais detalhes, ver *Ruy Mauro Marini: vida e obra*, 2007.

Por fim, cabe assinalar os traços do pensamento pradiano em um dos pontos essenciais da obra de Ruy Mauro Marini, que diz respeito a inserção subordinada e dependente do Brasil e da América Latina no capitalismo mundial. Nesta linha, em completo acordo com Caio Prado, o autor parte de uma investigação do processo histórico da região, observando o desenvolvimento e a introdução latino-americana na dinâmica do capital internacional, desde o século XVI. Neste sentido, Marini (1982, 16) diz que traçada “ao calor da expansão comercial promovida, no século XVI, pelo capitalismo nascente, a América Latina se desenvolve em estreita consonância com a dinâmica do capital internacional”. O autor se distancia de Gunder Frank neste ponto, pois enquanto o teórico alemão apontava para uma estrutura dependente já no século XVI – um dos pontos mais criticados do seu estudo sobre metrópole-satélite -, Marini observava que os países latino-americanos se encontravam, neste período, em uma situação colonial. Embora houvesse uma continuidade, seria somente a partir do período que corresponde a independência dos países da região e a revolução industrial na Europa que as relações da América Latina com o centro capitalista europeu adquirem uma estrutura definida, através da:

[...] divisão internacional do trabalho, que determinará o curso do desenvolvimento ulterior da região. Em outros termos, é a partir de então que se configura a dependência, entendida como uma relação de subordinação entre as nações formalmente independentes, em cujo marco as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência. O fruto da dependência só pode assim significar mais dependência e sua liquidação supõe necessariamente a supressão das relações de produção que ela supõe. Neste sentido, a conhecida fórmula de André Gunder Frank sobre o “desenvolvimento do subdesenvolvimento” é impecável, como impecáveis são as conclusões políticas a que ela conduz. (Marini 1982, 18)

Desta última citação, pode-se observar as bases sobre as quais este pensamento se desenvolverá: é a partir da independência política latino-americana e a consequente vinculação econômica “autônoma” na nova divisão internacional do trabalho que a região se torna dependente; a dependência é a relação de subordinação entre países soberanos, cuja as relações produtivas entre as nações subdesenvolvidas e desenvolvidas só fazem assegurar a manutenção desta dependência; neste sentido, surge o teor essencialmente político que envolve a superação da dependência, apontando para o rompimento com as relações de produção estabelecidas.

Conclusão

Como pôde-se constatar, a validade do pensamento de Caio Prado Jr. para a Teoria Marxista da Dependência e para Ruy Mauro Marini, podem ser resumidas da seguinte forma: a) o modo de produção do Brasil e da América Latina nunca foi feudal, ao contrário, sempre estiveram vinculadas e se referiram ao nascente capitalismo mercantil; b) a burguesia local, em seu caráter geral, não era progressista e anti-imperialista, já que teve um forte impulso por parte do próprio capital internacional, que a beneficiou diretamente; c) existe uma situação de subordinação e dependência orgânica dos países latino-americanos em relação ao sistema capitalista – isto é, das próprias burguesias locais em relação às burguesias imperialistas; d) o que remete a análise ao seu princípio, isto é, ao início das formações nacionais, no qual as economias locais foram constituídas para a exportação de matérias-primas com o objetivo de satisfazer as necessidades dos países centrais (a princípio Portugal e Espanha); e) não será uma revolução democrático-burguesa que levará os países da região ao socialismo, mas somente mediante a supressão das relações de produção.

Assim, um estudo sério sobre a Teoria Marxista da Dependência, bem como sobre o pensamento de Ruy Mauro Marini, deve ser tributário às contribuições decisivas de Caio Prado Jr. Se por razões políticas, isto não foi feito antes, cabe as gerações posteriores, já mais afastadas das disputas de outrora, apontar tal ligação, já que foi a partir deste autor que se esboçou a primeira crítica radical às ilusões que a esquerda brasileira e regional adotou durante boa parte do século XX e que persiste ainda hoje.

Referência bibliográfica

BAGÚ, Sergio. “Economía de la sociedad colonial”. In: LÖWY, Michael (Org). **O marxismo na América Latina: Uma antologia de 1909 aos dias atuais**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012.

DOS SANTOS, Theotônio. **A Teoria da Dependência: Balanços e Perspectivas**. Florianópolis: Insular, 2015.

FRANK, A. Gunder. **Capitalismo y Subdesarrollo en America Latina**. México: Siglo XXI, 1978.

_____. “O inimigo imediato”. In: LÖWY, Michael (Org). **O marxismo na América Latina: Uma antologia de 1909 aos dias atuais**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012.

GALVÃO, Patricia. “Parque Industrial”. In: LÖWY, Michael (Org). **O marxismo na América Latina: Uma antologia de 1909 aos dias atuais**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012.

LABARCA, Carlos Contrera. “The People of Chile Unite to Save Democracy”. In: LÖWY, Michael (Org). **O marxismo na América Latina: Uma antologia de 1909 aos dias atuais**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012.

LAPA, José Roberto do Amaral. **Modos de produção e realidade brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1980.

LÖWY, Michael (Org). **O marxismo na América Latina: Uma antologia de 1909 aos dias atuais**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012.

MARINI, Ruy Mauro. **Dialéctica de la dependência**. México D.F.: Ediciones Era, 1982.

PRADO JR., Caio. **A revolução brasileira; A questão agrária no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

_____. **Evolução Política do Brasil: e outros estudos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

“Programa do Governo Popular Nacional Revolucionário”. In: LÖWY, Michael (Org). **O marxismo na América Latina: Uma antologia de 1909 aos dias atuais**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2012.